

As Relações Internacionais no domínio da Justiça portuguesa

Gisel Domingues

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, área de especialização de Relações Internacionais, realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Teresa Ferreira Rodrigues, professora associada do Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

DECLARAÇÕES

Declaro que este Relatório é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

Lisboa, 30 de Setembro de 2011

Declaro que este Relatório se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

Os orientadores,

Lisboa, 30 de Setembro de 2011

AGRADECIMENTOS

O trabalho que seguidamente se apresenta só foi possível com o apoio de pessoas, com as quais tenho o absoluto privilégio de privar.

Os meus agradecimentos estendem-se, primeiramente, à minha orientadora da Faculdade, a Dr.^a Teresa Ferreira Rodrigues e à sua inesgotável paciência para as minhas dúvidas e hesitações. Muito obrigada por me ajudar tão prontamente nas minhas solicitações. Também quero agradecer à minha colega e orientadora da entidade de acolhimento, a Dr.^a Vanessa do Carmo, por me ajudar a integrar na equipa.

Não poderia deixar de agradecer às minhas colegas que me proporcionaram um excelente ambiente de trabalho e sobretudo de confraternização. Mais do que colegas de trabalho, tornaram-se amigas. Também seria impensável não agradecer à minha chefe, que carinhosamente me apelidou de “bijou”.

Agradeço também aos meus amigos, especialmente a todos aqueles que comigo partilharam a frequência deste Mestrado.

Por fim, quero agradecer aos meus pais e ao meu irmão por tudo. Só espero que um dia tenham tanto orgulho em mim, como eu tenho neles...

A todos o meu sincero obrigada!

RESUMO

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO DOMÍNIO DA JUSTIÇA PORTUGUESA

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

GISEL DOMINGUES

PALAVRAS-CHAVE: Relações Internacionais, Justiça, cooperação, boas práticas, intercâmbio, desenvolvimento

É facto que as Relações Internacionais não se cingem a uma só especificidade. No entanto, o *corpus* de análise do presente trabalho remete-nos única e exclusivamente para o domínio da Justiça, neste caso portuguesa.

O Estágio realizado no Gabinete de Relações Internacionais da Direcção-Geral da Política da Justiça deu-me a oportunidade de conhecer os bastidores da cena internacional da Justiça portuguesa. Aferi que a cooperação é a palavra de ordem na relação de Portugal com os mais diversos países, particularmente com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste, dada a matriz comum entre estes. O intercâmbio de ideias, procedimentos e projectos assume-se como determinante nesta relação de cooperação. Importa referir que Portugal é um dos maiores exportadores de boas práticas na área da Justiça, nomeadamente no que toca à tecnologia e ao desenvolvimento de capacidades.

O Estágio em causa primou pela panóplia de tarefas que me foram incumbidas, proporcionando-me uma experiência enriquecedora e merecedora dos maiores elogios.

ABSTRACT

THE INTERNATIONAL RELATIONS IN THE DOMAIN OF THE PORTUGUESE JUSTICE

INTERNSHIP REPORT

GISEL DOMINGUES

KEYWORDS: International Relations, justice, cooperation, good practises, exchange, development

It is known that International Relations do not limit themselves to a single specificity. However, the analysis *corpus* of the present paper leads us solely to the domain of justice and, in this case, to the Portuguese one.

The internship held in the International Affairs Department of the Directorate-General for Justice Policy, gave me the opportunity to get to know the backstage of the international scene of the Portuguese justice. I acknowledged that cooperation is the keyword in the relationship of Portugal with many worldwide countries, particularly with the Portuguese Speaking African Countries and East Timor, given its common background. The exchange of ideas, procedures and projects is noteworthy in this cooperation relationship. It matters to say that Portugal is one of the biggest exporters of good practises in the area of Justice, namely in what concerns to technology and to capacity building.

The internship in question excelled by the various tasks entrusted to me, providing me an enriching experience and deserving the highest praise.

ÍNDICE

Introdução.....	1
Capítulo I – Enquadramento conceptual	2
Capítulo II – Metodologias	4
Capítulo III – Sobre a entidade em que decorreu o Estágio	4
Capítulo IV – Sobre o Estágio	9
IV.1 – Objectivos do estágio no contexto do Mestrado	9
IV.2 – Actividades desenvolvidas	11
Considerações Finais: avaliação e sugestões	19
Fontes e Referências Bibliográficas	23
Lista de Figuras e Ilustrações	26
Anexos	

LISTA DE ABREVIATURAS

COREPER – Comité dos Representantes Permanentes da União Europeia

DGPJ – Direcção-Geral da Política da Justiça

DSEIJ – Direcção de Serviços de Estatísticas da Justiça e Informática

GPLP – Gabinete de Política Legislativa e Planeamento

GRI – Gabinete de Relações Internacionais

GRIEC – Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

PAC – Programa Anual de Crescimento

PIC – Programa Indicativo de Cooperação

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

UCI – Unidade de Cooperação Internacional

UE – União Europeia

UJC – Unidade para a Justiça Civil, Cidadania e Contencioso Internacional

UJP – Unidade para a Justiça Penal

INTRODUÇÃO

A frequência do Mestrado de Ciência Política e Relações Internacionais, na área de especialização de Relações Internacionais, leccionado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, teve como objectivo principal a obtenção de competências académicas nesta área, dando assim uma complementaridade, que entendia por necessária, à minha formação académica inicial, nomeadamente a Licenciatura em Estudos Europeus.

A realização de um estágio de cinco meses, como parte integrante da componente não lectiva do Mestrado, teve lugar na Direcção-Geral da Política de Justiça. A minha integração na Unidade de Cooperação Internacional do Gabinete de Relações Internacionais da Direcção-Geral foi encarada como uma oportunidade para colocar em prática os conhecimentos adquiridos, assim como assimilar outros. Neste quadro, o presente relatório pretende descrever as actividades desenvolvidas e as competências profissionais adquiridas aquando da realização do Estágio.

Para meu gáudio, o Estágio coadunou inúmeras tarefas, proporcionando-me uma concepção muito particular das acções (ainda que vinculadas à Justiça) que se tomam nos bastidores das Relações Internacionais. Deste modo, as componentes teórica e prática do Mestrado complementaram-se irrepreensivelmente.

Na execução das tarefas que me foram delegadas, pude apreender que a cooperação é a palavra-chave na compreensão da arquitectura do Sistema Internacional e no delineamento de estratégias e processos de desenvolvimento nas Relações Internacionais ¹. Por Sistema Internacional entenda-se um “conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si” (Aron: 153). Somente conhecendo minimamente o Sistema Internacional é que é plausível determinar a cooperação, seja bilateral ou multilateral, como substancial para um bom desempenho no tocante à permuta de boas práticas. Assim, no que à Justiça diz respeito, as boas práticas portuguesas assentam no desenvolvimento de capacidades e de tecnologia,

¹ Para um maior aprofundamento do assunto consultar: Foot, R. *et al* (2003) *Order and Justice in International Relations*, Oxford: Oxford University Press

valorizando-se a simplificação de actos e procedimentos com vista a uma maior celeridade e desburocratização do sistema de Justiça. Além da permuta de boas práticas, a cooperação é realizada através da celebração de Acordos e/ou Memorandos de Entendimento, e da prestação de assessorias de formação, de modo a responder a necessidades que determinado país manifeste.

Os vários organismos internacionais, as distintas redes judiciárias e as diversas instituições comunitárias em que Portugal participa, proporcionam uma projecção da Justiça do país no plano internacional. Assim, é indispensável uma crescente credibilização de Portugal neste domínio, para que se estabeleçam laços com os mais variados países e para que, consequentemente, se consolide esta interdependência inerente às Relações Internacionais.

Umas das principais finalidades deste Estágio prendia-se com a verificação das reais possibilidades de se poder conhecer quais os devidos procedimentos que se tomam na consecução de um determinado objectivo, na área das Relações Internacionais, na sua componente mais prática. Considero que este foi um objectivo amplamente alcançado, ainda que o mesmo se cingisse à vertente da Justiça.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

O Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, na área de especialização de Relações Internacionais, teve como principal objectivo a aquisição de conhecimentos teóricos e interdisciplinares no tocante às relações internacionais com vista a compreender as rápidas transformações do mundo contemporâneo, assim como a aquisição de ferramentas que me possibilitassem formar uma opinião estruturada sobre questões internacionais. Assim, durante a parte lectiva do Mestrado aprendi que as Relações Internacionais foram sujeitas, ao longo do tempo, a várias teorias desde o realismo clássico de Hans Morgenthau ² ao neo-realismo de Kenneth Waltz ³, do

² Para mais informações relativas ao realismo clássico consultar a obra: Morgenthau, H. J. (1978) *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace*, N.Y.: Alfred A. Knopf, 5.^a edição.

institucionalismo neo-liberal de Robert Keohane ⁴ ao realismo neo-clássico e ao utopismo ⁵. Dadas as várias teorias que podemos encontrar, será genuíno afirmar-se que “a teoria internacional está em mudança constante acompanhando a mudança do ambiente total e a inerente resposta do ser humano” (Dougherty: 9).

A mutabilidade das Relações Internacionais também se deve ao facto destas se desenvolverem num quadro cada vez mais globalizado, e em várias vertentes desde a economia, à política e até mesmo ao direito. Embora cada país tenha as suas leis e os seus próprios regimes jurídico e judiciários, o direito internacional tem cada vez mais um papel mais proeminente já que a sociedade internacional caminha a passos largos para uma comunidade internacional ⁶, exercitando o direito internacional como um instrumento de poder de política internacional que corresponde a um conjunto de regras que permite a “cada Estado obter a paz e a cooperação dos outros” (Moreira: 114). Embora se reconheça que o direito internacional é um instrumento de difícil execução, primando-se pela doutrina de não ingerência, com excepção de motivos humanitários.

Além da aquisição de conhecimentos teóricos aprofundados, o Mestrado em questão permitiu-me adquirir competências metodológicas, designadamente de selecção, recolha e processamento de informação proveniente de várias fontes, possibilitando-me o pleno desenvolvimento de projectos de investigação ou de gestão de informação em contexto profissional ou organizacional.

³ Para mais informações relativas ao neo-realismo consultar a obra: Waltz, K. (1979) *Theory of International Politics*, N.Y.: McGraw-Hill.

⁴ Para mais informações relativas ao institucionalismo neo-liberal consultar a obra: Keohane, R. (1984) *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*, Princeton: Princeton University Press.

⁵ Para mais informações sobre as várias teorias das Relações Internacionais consultar a obra Jackson, R. et al (2003) *Introduction to International Relations: Theories and Approaches*, Oxford: Oxford University Press, 2.^a edição.

⁶ Para mais informações sobre este consultar: Shapcott, R. (2001) *Justice, Community and Dialogue in International Relations*, Cambridge: Cambridge University Press.

CAPÍTULO II – METODOLOGIAS

Por se tratar de um relatório de estágio não tenho um objecto definido e por conseguinte, não há uma delimitação de um problema e da sua operacionalização. Dito isto, e dado a observação directa que tive na recolha de informação, entendi estruturar o relatório do seguinte modo: um capítulo introdutório ao tema das Relações Internacionais, dando um enquadramento conceptual do mesmo para a realização deste trabalho (capítulo anterior a este); um capítulo dedicado à entidade na qual realizei o estágio, dando a conhecer um pouco da sua história e definindo os seus objectivos principais enquanto instituição pública, administrada directamente pelo Estado; um capítulo dedicado ao estágio propriamente dito, explorando os pontos essenciais do mesmo, nomeadamente as actividades desenvolvidas; e, por último, um capítulo com algumas considerações sobre o estágio, avaliando-o e dando sugestões. Esta estruturação do relatório pretende que se seja de fácil leitura e que tenha um carácter prático, isto é, que seja objectivo e rico de informação para o leitor.

A norma de citação bibliográfica escolhida para o presente trabalho foi a norma de Harvard e tendo em conta que se trata de um relatório, um documento de natureza iminentemente técnica, procurei maioritariamente fontes primárias, razão pela qual a literatura crítica não está muito presente.

CAPÍTULO III: SOBRE A ENTIDADE ONDE DECORREU O ESTÁGIO

A Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), afecta à administração directa do Estado, nomeadamente do Ministério da Justiça (**figura 1**), é um serviço central munido de autonomia administrativa. A Lei Orgânica da DGPJ foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 123/2007 de 27 de Abril e as suas funções primárias passam por prestar apoio técnico, assegurar o planeamento estratégico, acompanhar e monitorizar políticas, gerir a informação estatística e coordenar as relações externas e de cooperação respeitantes ao sector da Justiça.

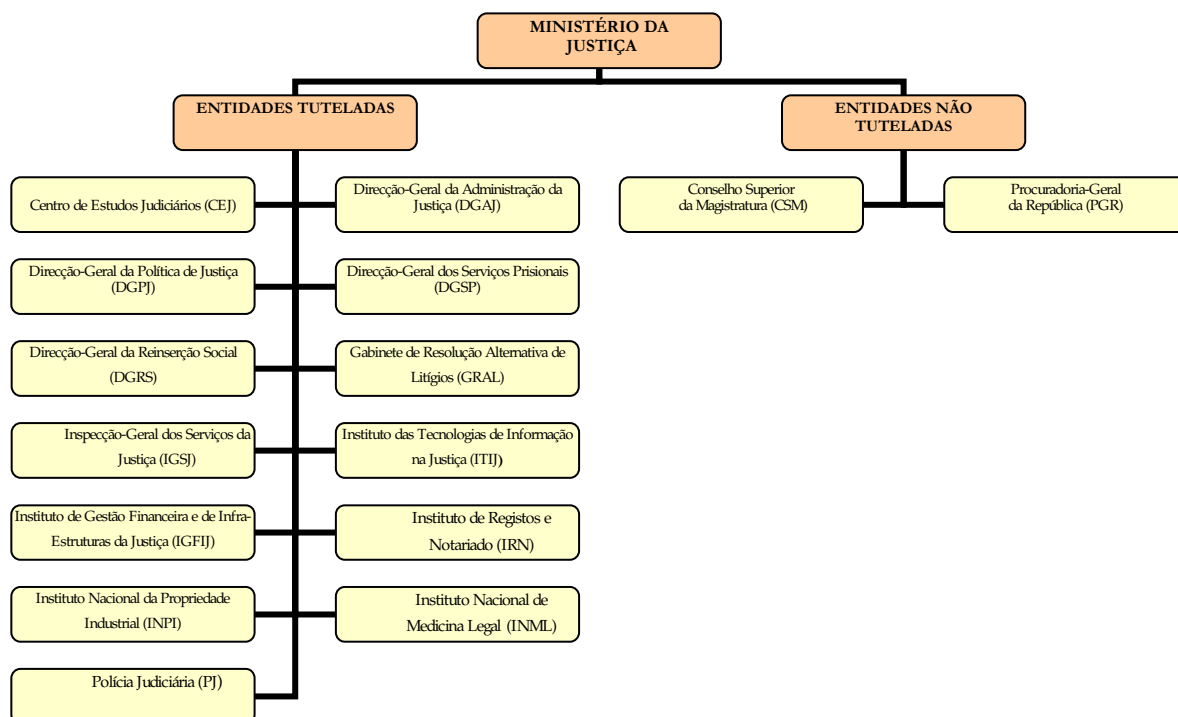


Figura 1. Entidades tuteladas e não tuteladas pelo Ministério da Justiça

Fonte: <<http://www.dgpi.mj.pt/>>

De forma a cumprir com as funções acima descritas, a DGPI prossegue as mais variadas atribuições. Destas destacam-se a assessoria ao Ministro da Justiça na concepção, acompanhamento técnico e monitorização de políticas, programas e medidas legislativas; a definição dos moldes de execução de políticas no domínio da Justiça com a União Europeia, outros governos e organizações internacionais; a gestão da informação estatística, assegurando a sua recolha, análise e posterior difusão dos respectivos resultados; a formulação de contributos para as Grandes Opções do Plano no sector da Justiça, através da elaboração de documentos estratégicos; o apoio à definição das principais directrizes em matéria orçamental; a promoção de medidas de cooperação jurídica e judiciária com outros Estados; a coordenação de acções de cooperação, sem prejuízo das competências próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros; o apoio aos representantes portugueses nas instâncias internacionais; o acompanhamento da política internacional do país no tocante à Justiça, coordenando a representação do Ministério em comissões ou reuniões, bem como na negociação de acordos, convenções e tratados internacionais; o acompanhamento de matérias relativas ao contencioso da União Europeia (UE), em matérias de Justiça; o estudo das normas de direito internacional e de direito da UE às quais o Estado Português se pretenda vincular, assim como o estudo e divulgação da jurisprudência, da doutrina e da política

comunitárias para o sector; o auxílio no desenvolvimento de planos estratégicos para a rede judiciária e o desenvolvimento de sistemas de avaliação para os demais serviços e organismos da administração da Justiça; e a divulgação de avisos de aberturas de concursos de recrutamento internacional relativos à Justiça, no seu sítio electrónico.

A criação da DGPJ deu-se com a extinção do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento (GPLP) e do Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação (GRIEC), no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central dos Estado, em 2006. Assim, a DGPJ assumiu as competências do GPLP, designadamente no planeamento legislativo e na gestão das estatísticas referentes ao Ministério da Justiça, tal como do GRIEC, no que toca a matéria de relações externas e de cooperação. Além da assunção das competências dos seus predecessores, reforçou ainda mais as suas funções através da elaboração de documentos estratégicos como as Grandes Opções do Plano no domínio da Justiça.

A DGPJ é composta por unidades orgânicas nucleares e unidades orgânicas flexíveis (**figura 2**). As últimas, que foram aprovadas com a Portaria n.º 556/2007 de 30 de Abril, compreendem a Divisão Administrativa e Financeira, a Divisão de Recursos Humanos e o Centro de Documentação e Informação. Já nas unidades orgânicas nucleares, aprovadas através da Portaria n.º 513/2007 de 30 de Abril, contam-se a Direcção de Serviços de Estatísticas da Justiça e Informática (DSEIJ) e o Gabinete de Relações Internacionais (GRI). À DSEIJ compete a gestão da informação e das estatísticas da Justiça, sendo composto pela Divisão de Estatísticas da Justiça e a Divisão da Informática. Já ao GRI compete o domínio das relações externas, sendo constituído pela Unidade para a Justiça Penal (UJP), pela Unidade para a Justiça Civil, Cidadania e Contencioso Internacional (UJC) e pela Unidade de Cooperação Internacional (UCI).

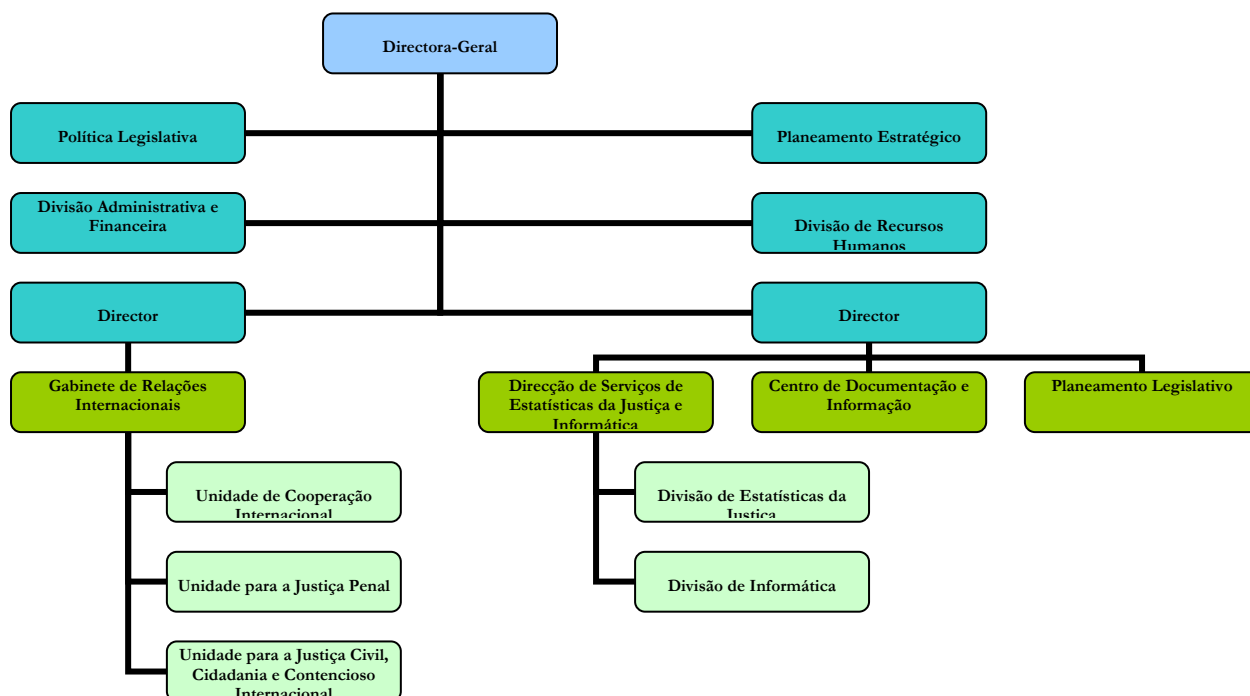


Figura 2. Organograma da Direcção-Geral da Política de Justiça

Fonte: <<http://www.dgpj.mj.pt/>>

Ao Gabinete de Relações Internacionais incumbe a missão de “conduzir a política e articular as acções de cooperação na área da Justiça, coordenar a acção e prestar apoio aos representantes do Estado Português nos órgãos internacionais do sector e promover e apoiar as medidas de cooperação jurídica e judiciária com outros Estados, sem prejuízo das atribuições próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros”⁷.

No quadro desta visão, o GRI é responsável pela coordenação das acções de cooperação internacional das várias entidades tuteladas pelo Ministério da Justiça e pela articulação com as entidades que, não sendo tuteladas pelo mesmo, são parte integrante e basilar da Justiça portuguesa.

Dentre as suas competências estão: a condução da política internacional do Estado Português no domínio da Justiça, coordenando a representação do Ministério da Justiça em negociações e reuniões internacionais; a preparação dos elementos de apoio para a definição da política de cooperação do Ministério, certificando-se da sua execução; a análise ou parecer sobre projectos ou propostas de legislação da União Europeia no âmbito da Justiça, dando o devido apoio técnico à transposição para o

⁷ Artigo 2.º, n.º 2 alínea h), do Decreto-Lei n.º 123/2007, de 27 de Abril

direito interno das directivas e das decisões-quadro; o acompanhamento das questões relativas ao pré-contencioso e ao contencioso comunitários, em matérias de Justiça; e a coordenação das relações do Ministério da Justiça com as diferentes instituições comunitárias.

O GRI trabalha ainda, e em estreita articulação, com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, através do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), o organismo coordenador da política de cooperação portuguesa.

A Unidade de Cooperação Internacional, na qual fui integrada, lida, como o próprio nome indica, com temas ligados à cooperação internacional na Justiça, funcionando como uma intermediária para as restantes unidades, que lidam com matérias civis e penais. No âmbito desta cooperação internacional, a cooperação para o desenvolvimento assume um papel de destaque como área de actuação da Unidade de Cooperação Internacional. Um dos projectos de cooperação na área da Justiça, à qual a UCI está ligada, é o Programa Integrado de Cooperação no Sector da Justiça (INTERJUST 2011-2013). Este programa, que ainda se encontra em fase embrionária, tem por objectivos: a obtenção de sinergias no quadro da cooperação para o desenvolvimento e, particularmente, no quadro do desenvolvimento de capacidades, através da maximização de recursos existentes no seio das várias entidades tuteladas e não tuteladas pelo Ministério da Justiça; a promoção do envolvimento de distintas entidades da sociedade civil na elaboração de estratégias; e a divulgação de boas práticas na área da Justiça, nomeadamente a simplificação de procedimentos e a introdução de produtos tecnológicos⁸.

⁸ Programa do INTERJUST (2011-2013) disponível em <<http://www.dgpj.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/cooperacao/programa-integrado-de>>

CAPÍTULO IV: SOBRE O ESTÁGIO

IV.1. Objectivos do estágio no contexto do Mestrado

A realização do Estágio em causa visou a aplicação, *in loco*, dos conhecimentos adquiridos aquando da componente lectiva do Mestrado. A opção pela Direcção-Geral da Política de Justiça como entidade de acolhimento do Estágio não foi previamente planeada. Era do meu conhecimento que teria de optar por uma entidade que prezasse a minha área de especialização, nomeadamente a área de Relações Internacionais. Deste modo, fiz uma pesquisa de várias entidades ligadas ao domínio das Relações Internacionais que me garantissem as condições necessárias para a minha obtenção de grau de Mestre em Relações Internacionais. A Direcção-Geral da Política de Justiça deu-me essas garantias e assim que fui aceite, fui imediatamente integrada na Unidade de Cooperação Internacional do Gabinete de Relações Internacionais da Direcção-Geral. Esta integração constituiu-se como uma oportunidade de obter competências profissionais e de dar por terminado o epílogo relativo às competências académicas do Mestrado.

Durante o estágio não tive um encontro imediato com determinadas realidades que a componente lectiva me tinha apresentado, mas ao longo do mesmo fui-me apercebendo como se procede nos bastidores das Relações Internacionais. As acções desenvolvidas neste domínio exigem um elemento capital: a cooperação. Esta é um instrumento ao serviço da política externa e indubitavelmente um dos pilares que sustentam as Relações Internacionais.

A cooperação internacional portuguesa segue as orientações traçadas no documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”, que estabelece as prioridades geográficas e sectoriais do país. Ao nível das prioridades geográficas, as relações preferenciais de Portugal estendem-se presumivelmente aos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste, não obstante as relações de cooperação contemplarem países de África, da América Latina, do Magrebe (região do noroeste africano, que engloba a Argélia, a Líbia, os Marrocos, a Mauritânia, o Saara Ocidental e a Tunísia) e da União Europeia. No âmbito da Justiça, a cooperação internacional rege-se pelo objectivo sectorial “Boa Governação, Participação e Democracia”. Este

objectivo visa a promoção de programas de desenvolvimento na área da Política, da Defesa e, evidentemente, da Justiça. Neste quadro, pretende-se apostar em acções de formação e capacitação de organismos públicos de países que manifestem um Estado de Direito fragilizado, em acções de apoio à criação de legislação adequada, no apoio a processos eleitorais e no auxílio a reformas estruturais na Defesa, através da promoção de programas de desenvolvimento da paz, da prevenção e da gestão de conflitos ⁹.

A cooperação pode ser bilateral, multilateral e/ou bi-multi. Ao nível multilateral, evidencia-se a cooperação portuguesa com a União Europeia, com a Organização das Nações Unidas, com o Grupo de Acção Financeira Internacional, com a Comissão Internacional do Estado Civil, com a Conferência da Haia de Direito Internacional Privado e com as diversas Redes Judiciárias – a Rede Judiciária Europeia em Matéria Penal, a Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial, a Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional dos Países de Língua Oficial Portuguesa, a Rede Ibero-Americana de Cooperação Judicial (IberRede) e a Rede dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça Europeus.

Tendo em conta o referido, parece-me de particular pertinência ressaltar o facto de ter tido a oportunidade de participar activamente nas várias acções de cooperação desenvolvidas no âmbito das Relações Internacionais, justificando-se, assim, a realização deste Estágio como o capítulo final e necessário para me tornar Mestre em Relações Internacionais. Contudo, dado que me integrei numa entidade afecta à Justiça, ficaram inúmeras valências das Relações Internacionais por explorar. Ainda assim, creio que se reuniram as condições essenciais para a conclusão absoluta do Mestrado.

⁹ “Boa Governação, Participação e Democracia” *in* documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e Ministérios dos Negócios Estrangeiros, 2006, p. 24, consultar em: <<http://www.ipad.mne.gov.pt>>

IV.2. Actividades desenvolvidas

O Estágio realizado na Unidade de Cooperação Internacional do Gabinete de Relações Internacionais da Direcção-Geral da Política de Justiça teve o seu início a 11 de Outubro de 2010 e o seu termo a 29 de Março de 2011 ¹⁰.

Sendo o estágio temporário, não me foram atribuídas matérias na área da cooperação para o desenvolvimento, uma vez que as mesmas implicam um acompanhamento contínuo. Num breve apontamento, a cooperação portuguesa para o desenvolvimento desenvolve-se os PALOP (onde se englobam Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe) e Timor-Leste, através do Programa Anual de Crescimento (PAC) e do Programa Indicativo de Cooperação (PIC). O PAC é um programa anual que visa um conjunto de políticas que possibilitem o crescimento do país. Já o PIC expressa as carências existentes no país terceiro e a intenção do Estado português de colaborar na resolução das mesmas. A forma como o faz é materializada, anualmente, através de projectos e acções de cooperação que constituem os PAC. Cada Programa Indicativo de Cooperação tem pelo menos três Programas Anuais de Crescimento. A UCI, num esforço conjunto com as outras unidades, aponta para respostas às lacunas jurídicas e judiciais dos países lusófonos. O desenvolvimento de capacidades (através da formação e assessorias) revela-se como uma acção preponderante para o resultado pretendido. Sendo que, por vezes, também se proporciona apoio a infra-estruturas.

Tendo eu formação académica em Estudos Europeus, a Chefe da UCI, colocou-me a lidar com matérias enquadradas na União Europeia, nomeadamente com o acompanhamento do JAIEX e a divulgação de vagas internacionais para missões de gestão civil de crises. Deste modo, o meu trabalho centrou-se essencialmente em três vertentes: a) acompanhamento das reuniões nacionais preparatórias do JAIEX; b) divulgação de vagas internacionais e c) elaboração de pastas para visitas. No entanto, de referir que colaborei em outras questões, nomeadamente na organização de eventos, em traduções, entre outros.

¹⁰ Ver Anexo I: Plano do Estágio com relatório

a) Acompanhamento das reuniões nacionais preparatórias do JAIEX:

O JAIEX é um grupo político, criado em 2010, com o objectivo de fazer a interligação entre os grupos JAI (Justiça e Assuntos Internos) e RELEX (Relações Externas) da União Europeia. Verificando-se que havia matérias comuns a estes dois grupos, o JAIEX foi criado para lidar com essas mesmas matérias. O objectivo das reuniões nacionais era preparar a posição nacional às reuniões JAIEX.

O meu trabalho consistia na recepção de documentação proveniente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a integrar na agenda de trabalhos da reunião JAIEX, na sua circulação pelas outras duas unidades do GRI para recolha de comentários, na sua compilação na UCI e no seu posterior reenvio ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Também fazia parte do meu trabalho o arquivo, por data de reuniões, de toda a documentação circulada, que inclui convocatória para a reunião, documentos de trabalho em apreço, relato da reunião preparatória nacional e relato da reunião em Bruxelas.

b) Divulgação de vagas internacionais na área da Justiça

As Missões de Política de Segurança e de Defesa Comum (PSDC), que aglomera o EU SSR (*European Union Strategy for Security Sector Reform*) para a Guiné-Bissau, o EUPOL (*European Union Police Mission*) para o Afeganistão e o EULEX (*European Union Rule of Law Mission*) para o Kosovo, traduzem o empenho da União Europeia em ser um actor credível nas Relações Internacionais e visam assegurar a defesa dos valores em que a UE acredita em países saídos de crises ou em situação de fragilidade e que, de algum modo, encerram algum risco para a segurança europeia.

Após pré-análise do interesse das vagas divulgadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (feito pela UCI), o meu trabalho resumia-se à preparação oficioso-tipo para a divulgação das mesmas pelas entidades da Justiça, à recepção de candidaturas e ao envio para o MNE (quando vagas eram para *secondement*) ou, quando eram para contratação, as candidaturas eram enviadas directamente para o MNE com o nosso conhecimento.

c) Elaboração de pastas para visitas

Os contactos entre membros do Governo constituem um meio de estreitar relações entre Estados e entre determinadas áreas sectoriais. Esse estreitamento de laços é concretizado através da assinatura de Acordos e/ou Memorandos de Entendimento ou do simples intercâmbio de boas práticas. No quadro da Justiça, Portugal assinala algum protagonismo com as suas boas práticas, ao estar na vanguarda da capacitação e da tecnologia, através da “e-Justiça” ¹¹ – um programa do XVII Governo Constitucional português que pretende a desburocratização, a celeridade, a transparência e a simplificação do sistema de Justiça. O exemplo mais indicador do que acabei de referir é a reforma “Portugal Simplifica” ¹². Esta reforma tem por objectivo reduzir os obstáculos de natureza burocrática, simplificando serviços para os cidadãos e as empresas. Neste âmbito, o Ministério da Justiça tem vindo a promover um conjunto diversificado de iniciativas direccionadas à melhoria das relações entre os cidadãos, as empresas e o sistema de Justiça.

O Ministério da Justiça também é pioneiro na concretização de projectos tecnológicos, designadamente no que toca ao CITIUS ¹³, que pretende a desmaterialização de processos nos tribunais judiciais, através de aplicações informáticas de modo a responder às necessidades de trabalho dos diversos operadores judiciais, nomeadamente magistrados judiciais e do Ministério Público, funcionários judiciais e mandatários judiciais. De referir que as audiências e os julgamentos por videoconferência são uma boa prática que tem muita procura por parte de outros países.

Esta permuta de boas práticas era então concretizada através de encontros, onde a Sua Excelência o Ministro da Justiça português de então, o Dr. Alberto Martins, tanto aceitava convites como era ele o anfitrião.

O trabalho mor na realização de uma pasta com determinadas áreas cobertas, de acordo com o tema da reunião, consistia em pesquisar o *Curriculum Vitae* do Ministro da Justiça do país em questão e de outras figuras importantes que constituíssem a

¹¹ Guia completo da “e-Justiça” disponível em:

<<http://www.igov.org/index.php?article=14069&visual=1&layout=30&id=0>>

¹² Para mais informações relativas à reforma “Portugal Simplifica”, visitar o site:

<<http://www.cuttingredtape.mj.pt/>>

¹³ Para mais informações sobre o projecto CITIUS visitar o sítio electrónico: <<http://www.citius.mj.pt/>>

delegação estrangeira; pesquisar como se encontrava estruturada a área da Justiça nesse país; obter informação relativa aos instrumentos multilaterais de que esse estado fosse parte e, por fim, elaborar uma ficha síntese do país. Para os restantes dados constituintes da pasta, tinha que elaborar ofícios-tipo para entidades na área da Justiça, solicitando contributos e compilando-os para elaboração de uma síntese sobre a cooperação existente e possibilidade de a desenvolver. Todos estes dados informativos faziam parte da designada pasta para que a Sua Excelência o Ministro da Justiça português e a sua delegação pudessem preparar melhor a reunião.

Como foi referido anteriormente, também colaborei noutras matérias. Por exemplo, o apoio à organização de eventos organizados pelo GRI. A Unidade de Justiça Penal organizou a 6 de Dezembro de 2010, uma Mesa Redonda subordinada ao tema “Corrupção nas Transacções Financeiras Internacionais” (**figura 3**), para o qual solicitou a minha assistência. Já em Março de 2011, a minha unidade organizou em colaboração com a Direcção-Geral para a Administração Interna, a Comissão para a Cidadania e Igualdade e Género e o Instituto da Droga e Toxicodependência, um Workshop sobre “Programas Financeiros (CIPS, ISEC, JPEN, DAPHNE III, DPIP, FRC, JCIV), candidaturas – o que precisa saber” (**figura 4**). Em ambos os eventos, foi-me delegada a tarefa de lidar com a parte logística, com a inscrição dos participantes e com a recepção aos convidados.

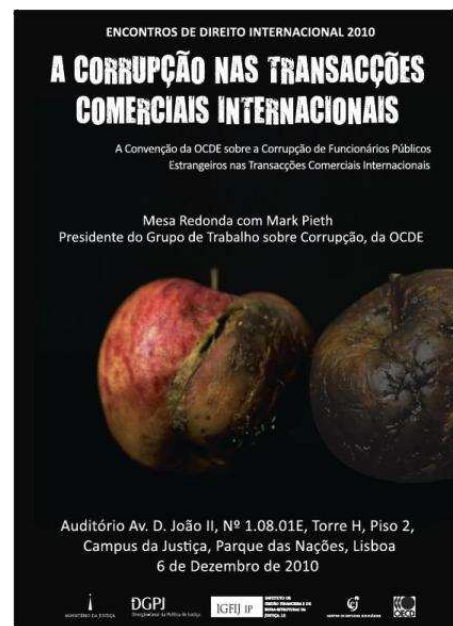


Figura 3. Cartaz da Mesa Redonda

Fonte: <<http://www.dgpj.mj.pt/sections/DestBanner/ Mesa-Redonda-sobre-a/>>



Figura 4. Cartaz do Workshop

Fonte: <<http://www.dgpj.mj.pt/sections/planeamento/programas-financeiros-da6727/destaques-e-eventos/workshop-de-programas/work>>

Outra actividade que desempenhei foi a actualização e retroversão dos conteúdos relativos à cooperação internacional no sítio electrónico da DGPJ. Também tive a oportunidade de assistir à apresentação pública do Relatório de Desenvolvimento Humano 2010, acompanhando uma das Directoras, em nome da DGPJ; assim como, colaborar com o IPAD, através da realização de um pequeno estado de arte, sob a forma de índice bibliográfico, dentro das temáticas da Justiça e da Cooperação Internacional para o Centro de Documentação e de Informação da DGPJ.

Face ao exposto, o meu estágio caracterizou-se pela realização de inúmeras tarefas (**figura 5**) que me possibilitaram um contacto próximo com o enquadramento de Portugal em contextos multilaterais, no domínio da Justiça.

Actividades	2010			2011		
	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.
1. Fazer um pequeno estado de arte, sob a forma de índice bibliográfico, dentro das temáticas da Justiça e da Cooperação Internacional para o Centro de Documentação e de Informação da Direcção-Geral da Política da Justiça						
2. Sumarizar as Prioridades do Ministério da Justiça da República da Guiné-Bissau para o triénio de 2011 a 2013						
3. Definir e sumarizar os <i>Benchmarks</i> da Bulgária						
4. Elaboração da Pasta da Rússia com vista a receber Sua Excelência o Ministro da Justiça português e sua delegação, cujo encontro acabou por não se concretizar						
5. Elaboração da Pasta da Turquia para SEXA o Secretário de Estado da Justiça português e sua delegação para o encontro bilateral com o seu congénere turco						
6. Assistir à apresentação pública do Relatório de Desenvolvimento Humano 2010, acompanhando uma das Directoras em nome da DGPI						
7. Actualização da listagem de acordos bilaterais com os países da África Subsariana para o Ministério dos Negócios Estrangeiros.						
8. Apoio à organização da Mesa Redonda sobre “Corrupção nas Transacções Financeiras Internacionais”						
9. Elaboração da Pasta da Região Administrativa Especial de Macau para Sua Excelência o Ministro da Justiça português e sua delegação para o encontro bilateral com o seu congénere macaense						
10. Elaboração da Pasta da Polónia para Sua Excelência o Ministro da Justiça português e sua delegação para o encontro bilateral com o seu congénere polaco						
11. Elaboração da Pasta da Croácia para Sua Excelência o Ministro da Justiça português e sua delegação para o encontro bilateral com o seu congénere croata						
12. Elaboração da Pasta da Roménia com vista a receber Sua Excelência o Ministro da Justiça romeno e sua delegação						
13. Elaboração da Pasta da Eslováquia para Sua Excelência o Ministro da Justiça português e sua delegação para o encontro bilateral com o seu congénere eslovaco						
14. Elaboração de informação para o Gabinete do Ministro da Justiça relativa à nomeação dos representantes de Portugal na Comissão de Veneza						
15. Definir e sumarizar as Prioridades da Presidência Húngara na União Europeia						

16. Elaboração da Pasta da Bulgária com vista a receber Sua Excelência a Ministra da Justiça búlgara e sua delegação								
17. Contributos da Turquia no âmbito do TAIEX e do TWINNING								
18. Elaboração de inúmeros dossiers da actualização dos acordos bilaterais por continente e país								
19. Elaboração da Pasta para Sua Excelência o Ministro da Justiça e sua delegação para o encontro do Grupo de Santiago de Compostela: Argentina, Brasil, Espanha e Portugal								
20. Elaboração da Pasta de Angola para Sua Excelência o Ministro da Justiça e sua delegação								
21. Elaboração da Pasta do México para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, como contributo para a deslocação de Sua Excelência o Primeiro-Ministro a este país								
22. Elaboração da Pasta de Timor-Leste para Sua Excelência o Ministro da Justiça e sua delegação para o encontro bilateral com o seu congénere timorense								
23. Apoio à organização do <i>Workshop</i> “Programas Financeiros: candidaturas – o que precisa saber”								
24. Acompanhamento do fluxo de informação inerente à preparação das reuniões JAIEX (JAI - Justiça e Assuntos Internos e RELEX – Relações Externas) da União Europeia								
25. Divulgação das vagas internacionais na área da Justiça								
26. Actualização e retroversão para inglês dos conteúdos relativos à cooperação internacional no sítio electrónico da Direcção-Geral da Política da Justiça								
27. Arquivar todos os documentos relativos à cooperação com os organismos nacionais e internacionais, bem como os documentos relativos aos Grupos de Trabalho da União Europeia								

Figura 5. Cronograma

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AVALIAÇÃO E SUGESTÕES

A frequência do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, na área de especialização de Relações Internacionais, veio proporcionar-me as ferramentas indispensáveis para a obtenção de competências na área das Relações Internacionais. Se com a parte lectiva, foram-me ministrados os conhecimentos teóricos adjacentes à área, com o estágio adquiri capacidades profissionais que me irão ajudar no meu percurso profissional.

O Mestrado revelou-me ainda que as Relações Internacionais não são estáticas e que devem ser apontadas como um espaço de concertação privilegiado. Ainda que actualmente a interdependência é praticamente um dado adquirido, na medida em que “a internacionalização dos problemas que é característico do nosso tempo, vai provocar a erosão da jurisdição interna em termos de fazer desenvolver o (...) modelo de comunidade” (Moreira: 55), devem-se continuar os esforços para que as Relações Internacionais não caiam numa letargia profunda.

A realização do estágio visou então conferir-me capacidades e competências profissionais e dar-me a possibilidade de aplicar conhecimentos teóricos previamente adquiridos na componente lectiva do Mestrado. Além disso, o Estágio pretendeu dar-me uma noção geral dos aspectos técnicos inerentes às acções e às decisões que se tomam no plano internacional. Embora a aplicação prática dos conhecimentos teóricos não tenha sido efectivamente plena, dado que as minhas funções iam no seguimento do que já estava pré-estabelecido, a apreciação global do Estágio, como o complemento final do Mestrado, é bastante positiva. O facto de ter liberdade para redigir, dentro dos meus próprios moldes mas sempre de acordo com o estipulado, os itens das pastas para a Sua Excelência o Ministro da Justiça, assim como informações, redigidas e assinadas por mim, para o Gabinete do Senhor Ministro, fez-me sentir como um elemento integrante da equipa, na medida em que confiavam no meu potencial.

A integração num novo ambiente de trabalho e numa nova equipa traz sempre grandes expectativas e, por vezes, algum receio. No entanto, fui muito bem acolhida por toda a Direcção-Geral, desde directores a colegas de trabalho. A imediata repartição de tarefas foi o mote necessário para a interacção com a equipa constituinte da Unidade de

Cooperação Internacional. Também me foi dada a oportunidade de participar em actividades das outras unidades do Gabinete de Relações Internacionais, caso a minha ajuda fosse solicitada.

As variadas actividades que desenvolvi no âmbito do estágio garantiram-me uma experiência multifacetada. Adquiri conhecimentos práticos na área das Relações Internacionais, ainda que somente vinculados ao domínio da Justiça. As Relações Internacionais devem ser encaradas como “uma disciplina que contribui para a compreensão, previsão, avaliação e controlo das relações entre os Estados e das condições da comunidade mundial, é ao mesmo tempo uma história, uma ciência, uma filosofia e uma arte” (Wright *in* Moreira: 53). Neste quadro, seria interessante verificar, numa perspectiva a longo-prazo, quais são as várias acções que se tomam no contexto das Relações Internacionais, noutros domínios como a Economia e a Política, por exemplo. Para já, obti uma concepção muito particular das Relações Internacionais ao nível da Justiça.

Fazendo uma auto-avaliação do meu desempenho no estágio, posso asseverar que cumpro todas as tarefas a que me propus e que me foram delegadas, algo facilitado pelo espírito de equipa patente na minha unidade. Infelizmente, esta união de grupo não se mostrou tão evidente na relação das unidades entre si. O facto de cada unidade trabalhar isoladamente ressalta a necessidade de um maior espírito de equipa entre todos os técnicos do Gabinete de Relações Internacionais, de modo a obter-se uma maior celeridade na conclusão de um trabalho.

Após a perscrutação do meu desempenho durante o estágio, e uma análise cuidada aos pontos fortes e fracos (**figura 6**) do Gabinete de Relações Internacionais, posso assegurar que o balanço foi francamente positivo. O estágio dotou-me de responsabilidade, motivação e sentido de ética. A união de grupo na UCI também foi algo patente, no entanto, é de notar algumas falhas de comunicação das unidades entre si. Mas o facto de poder conhecer como se procede dentro de uma instituição pública e participar nas suas actividades constituiu-se uma oportunidade única. Fiquei com a noção de que ao nível da burocracia, é preciso melhorar, pois provoca alguma pressão em quem está a trabalhar (com prazos para cumprir), principalmente num estagiário. Eu tive a sorte de poder trabalhar num leque abrangente de matérias, algo que me agrada. No entanto, para o caso de pessoas que prefiram seguir uma só matéria, sugeria que o próximo estagiário pudesse ter a oportunidade de ter um período experimental nas

matérias mais importantes para depois escolher aquela em que se sente mais à vontade. De referir que tarefas menos entusiasmantes como arquivo ou actualizações de acordos, podem ter um efeito desmoralizante no estagiário.

<p style="text-align: center;">Strenghts</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação num leque abrangente de actividades; - União de grupo; - Motivação; - Ética; - Responsabilidade. 	<p style="text-align: center;">Weaknesses</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cada unidade trabalha isoladamente.
<p style="text-align: center;">Opportunities</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conhecer os bastidores da cena nacional e internacional; - Conhecer como se trabalha numa instituição pública. 	<p style="text-align: center;">Threats</p> <ul style="list-style-type: none"> - Demasiada burocracia e falta de orientações em tempo útil o que provoca uma pressão enorme para cumprir os prazos; - Algumas tarefas menos entusiasmantes como arquivo pode provocar alguma desmotivação no estagiário.

Figura 6. Análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats* – pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças)

O estágio realizado no Gabinete de Relações Internacionais da Direcção-Geral da Política de Justiça, veio proporcionar-me uma boa experiência, ainda que incipiente, no parâmetro da minha área de especialização, na medida em que o Gabinete de Relações Internacionais actua como o interlocutor para as Relações Internacionais na área da Justiça. Nestes termos, apraz-me dizer que este estágio revelou-se uma experiência enriquecedora aos mais diversos níveis: pessoal, académico e profissional. Levei amigos, adquiri conhecimentos e alguma experiência na tomada de decisões e diligências dentro da área das Relações Internacionais. Creio que estagiar numa instituição pública como a DGPIJ é gratificante e dá-nos noções claras sobre a função pública e sobre as relações internas e externas. No seguimento, aconselho vivamente a estagiários candidatarem-se a um estágio na DGPIJ.

Em suma, podemos afirmar as Relações Internacionais no domínio da Justiça portuguesa encontram-se em constante mutação, visando o apoio aos países mais fragilizados, o intercâmbio de ideias e projectos, e a celebração de Acordos. Com a realização deste Estágio pude dar o meu pequeno e singelo contributo, bem como participar no quadro das dinâmicas internacionais. Torna-se necessária uma predisposição por parte dos actores da cena internacional, para que as Relações Internacionais se tornem úteis, práticas e funcionais, de modo a contribuir para uma troca saudável de ideias e apoiar os mais desvalidos.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Fontes primárias

- *Agenda de Direito Internacional da Justiça – instrumentos bilaterais e multilaterais* (2008), Ministério da Justiça;

- “Boa Governação, Participação e Democracia” *in* documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e Ministérios dos Negócios Estrangeiros, 2006, p. 24, Disponível em: <http://www.ipad.mne.gov.pt/CentroRecursos/Documentacao/EstrategiaCooperacao/Documentos/Visao_Estrategica_editado.pdf>

- Guia da “e-Justiça”, Disponível em:

<<http://www.igov.org/index.php?article=14069&visual=1&layout=30&id=0>>

- Literatura crítica

- Beitz, C. R. (1975) *Philosophy and Public Affairs*, Oxford: Blackwell Publishing, vol. 4, n.º 4;

- Dougherty, J. C. *et al* (2003), *Relações Internacionais – as Teorias em Confronto*, Parede: Principia;

- Foot, R. *et al* (2003) *Order and Justice in International Relations*, Oxford: Oxford University Press;

- Jackson, R. *et al* (2003) *Introduction to International Relations: Theories and Approaches*, Oxford: Oxford University Press, 2.ª edição;

- Keohane, R. (1984) *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*, Princeton: Princeton University Press;

- Moreira, A. (2008) *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra: Almedina;

- Morgenthau, H. J. (1978) *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace*, N.Y.: Alfred A. Knopf, 5.^a edição;

- Raymond, A. (1979) *Paz e Guerra entre as Nações*, Brasília: UnB;

- Shapcott, R. (2001) *Justice, Community and Dialogue in International Relations*, Cambridge: Cambridge University Press;

- Waltz, K. (1979) *Theory of International Politics*, N.Y.: McGraw-Hill.

- Recursos on-line:

- CITIUS

< <http://www.citius.mj.pt/> >

- Direcção-Geral da Política de Justiça

<<http://www.dgpj.mj.pt/>>

- Gabinete de Documentação e Direito Comparado

<<http://www.gddc.pt/>>

- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

<<http://www.ipad.mne.gov.pt/>>

- Portugal Simplifica

<<http://www.cuttingredtape.mj.pt/>>

LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Entidades tuteladas e não tuteladas pelo Ministério da Justiça	5
Figura 2 – Organograma da Direcção-Geral da Política de Justiça	7
Figura 3 – Cartaz da Mesa Redonda	15
Figura 4 – Cartaz do <i>Workshop</i>	15
Figura 5 – Cronograma	17
Figura 6 – Análise SWOT (<i>Strenghts, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>)	21

ANEXOS

ANEXO I: PLANO DO ESTÁGIO COM RELATÓRIO

- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa
- Estágio com relatório para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais
- Área de especialização: Relações Internacionais
- Título do Relatório de Estágio: “As Relações Internacionais no domínio da Justiça portuguesa”
- Aluna estagiária: Gisel Domingues

Entidade de Acolhimento:

Direcção-Geral da Política de Justiça;

Tutela: Ministério da Justiça;

Morada: Av. Óscar Monteiro Torres, 39, Lisboa

Directora: Dr.^a Ana Vargas

Período de Estágio:

Início: 11/10/2010

Fim: 29/03/2011

Total: 800 horas

Orientadores:

FCSH: Dr.^a Teresa Ferreira Rodrigues;

Entidade de Acolhimento: Dr.^a Vanessa do Carmo

Objectivos:

- Geral:

a) Desempenhar funções de carácter profissional relevantes para a instituição de acolhimento e que envolvam a prática de conhecimentos teóricos adquiridos na parte curricular do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, área de especialização de Relações Internacionais.

- Específicos:

- a) Reforçar e complementar a minha formação académica;
- b) Adquirir conhecimento prático respeitante ao funcionamento da cena política e internacional no âmbito da Justiça;
- c) Adaptar-me aos moldes de trabalho em equipa

ANEXO II: DADOS PARA A ELABORAÇÃO DE UMA PASTA

ENCONTRO BILATERAL

ENTRE

**SUA EXCELÊNCIA O MINISTRO DA JUSTIÇA DE
PORTUGAL**

E

**SUA EXCELÊNCIA O MINISTRO DA JUSTIÇA DE
*PAÍS X***

ÍNDICE

<i>Curriculum Vitae</i> de Sua Excelência o Ministro da Justiça do país x
Ficha Síntese do país x
Instrumentos Jurídicos Multilaterais
Relações Portugal-país x no domínio da Justiça

CURRICULUM VITAE DO MINISTRO DA JUSTIÇA DO PAÍS X

(foto)

(Nome)
(Data de Nascimento)
(Estado Civil)

(Percurso académico)

(Percurso profissional e político)

PAÍS X: FICHA SÍNTESE

DADOS GERAIS	
Nome oficial e capital	
Área	
População	
Data de Independência	

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA	
Sistema de Governo	
Chefe de Estado/Primeiro-Ministro	
Ministra da Justiça	
Poder Legislativo	
Poder Judiciário	
Partidos com assento parlamentar	
Últimas eleições	
Próximas eleições	

VARIÁVEIS ECONÓMICAS	
PIB (mil milhões de USD)	
PIB <i>per capita</i> (USD)	
Taxa de inflação	

RELAÇÕES LUSO-X	
Embaixadores Acreditados	

INSTRUMENTOS JURÍDICOS MULTILATERAIS

País x é membro da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado desde x (se for caso disso)

Convenções Ratificadas no âmbito da Conferência da Haia:

(Exemplos)

- Convenção de 05 de Outubro de 1961 relativa à Supressão da Exigência da Legalização dos Actos Públicos Estrangeiros [XII] (“Convenção Apostila”);
- Convenção de 18 de Março de 1970 sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial [XX].

Instrumentos Jurídicos de que faz parte:

(Exemplos)

- Convenção Penal sobre a Corrupção [n.º 173];
- Convenção Europeia para a Repressão do Terrorismo [n.º 090].

RELAÇÕES PORTUGAL-PAÍS X NO DOMÍNIO DA JUSTIÇA

As relações entre Portugal e a país x no domínio da Justiça são incipientes, aferindo-se a necessidade de x ou são profícuas, embora x

Memorandos/Acordos/Convenções

(Exemplos)

- Acordo entre a República Portuguesa e o país x sobre x
- Encontra-se em negociação x
- Tratado de Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal (assinado em x), Resolução da Assembleia da República n.º x, de data x – aprova o Tratado, Decreto do Presidente da República, n.º x, de data x – ratifica o Tratado, Aviso n.º x, DR x, Série x de data x – torna público ter sido assinado o Tratado.

Cooperação técnica entre entidades tuteladas

No âmbito das relações de cooperação técnica, entre entidades tuteladas, apenas há a referenciar o seguinte:

Entidade x regista a visita/formação/encontro no ano x, referente a x

Entidade x refere a existência de protocolo/acordo x

Entidade x menciona a disponibilidade para proceder à divulgação dos seus projectos

Entidade x disponibiliza-se para intensificar relações de cooperação com país x

No que respeita às demais entidades tuteladas, não foi referenciado, por parte das mesmas, qualquer relacionamento merecedor de destaque.

Conselho Superior de Magistratura e Procuradoria-Geral da República

O Conselho Superior da Magistratura e a Procuradoria-Geral da República referiram nada ter a destacar/referem x

**ANEXO III: EXEMPLO DE OFÍCIO COM VISTA A PEDIR INFORMAÇÃO
DE COOPERAÇÃO BILATERAL**

Exmo. Senhor

Presidente/Director da Entidade X

(morada)

(código postal)

(referência do GRI e data)

ASSUNTO: PEDIDO DE INFORMAÇÃO DE COOPERAÇÃO COM PAÍS X

No quadro da deslocação de Sua Excelência o Primeiro-Ministro, ao país x, a ter lugar dia x, encontra-se esta Direcção-Geral a preparar um ponto de situação no âmbito das relações entre Portugal e o país x no sector da Justiça.

Neste âmbito, muito agradecemos que, até ao próximo dia x, possa V. Exa dar-nos conta de eventuais acções, assuntos ou acordos que, na perspectiva da entidade x, possam revestir-se de interesse.

Com os melhores cumprimentos,

O Director do GRI,

**ANEXO IV: EXEMPLO DE OFÍCIO A INFORMAR DAS VAGAS
INTERNACIONAIS**

Exmo. Senhor

Presidente/Director da Entidade X

(morada)

(código postal)

(referência GRI e data)

ASSUNTO: VAGA PARA X, NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO/PROGRAMA X

Vimos por este meio dar conhecimento a V. Exa. de uma vaga para x aberta pela organização/programa x para realizar x.

Em anexo, enviamos o anúncio da abertura da vaga e respectivos termos de referência.

Muito agradecemos que, em caso de eventuais candidaturas, pudesse entidade x dar-nos conhecimento das mesmas.

Com os melhores cumprimentos,

O Director do GRI,